

AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.809.040 - SP (2019/0114756-1)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
AGRAVANTE : EDISON MELO CRUZ
ADVOGADO : ANDRE GUSTAVO DE GOUVEA CARDOSO - SP138066
AGRAVADO : EDUARDO RODRIGUES DA CRUZ
AGRAVADO : ENEIDA MELO CRUZ
AGRAVADO : ESMERALDA MELO CRUZ NASTARI
AGRAVADO : EUNICE MELO CRUZ
AGRAVADO : CONCRETO REDIMIX DO BRASIL SA
ADVOGADO : RENATO COELHO PEREIRA E OUTRO(S) - SP228178
AGRAVADO : THOMAZ MELO CRUZ
REPR. POR : ENEIDA MELO CRUZ - INVENTARIANTE
ADVOGADO : ALEXANDRE JOSÉ MARTINS LATORRE - SP162964

DECISÃO

Cuida-se de agravo interno, interposto por EDISON MELO CRUZ, em face da decisão de fls. 262-268 e-STJ, da lavra deste relator, que conheceu em parte do recurso especial e, nessa extensão, negou-lhe provimento.

Pois bem. O recurso especial foi interposto com amparo nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, no intuito de reformar o acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (fls. 201/204, e-STJ):

Agravo interno - Decisão monocrática que deixou de conhecer de agravo de instrumento - Estabelecimento de honorários periciais e determinação para que o recorrente o deposite em 10 dias - Essa r. decisão não consta do rol taxativo das decisões interlocutórias contra as quais cabe agravo de instrumento (art. 1015 do CPC) - Nega-se provimento ao recurso.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados (fls. 212/215, e-STJ).

Nas razões do apelo especial (fls. 101/135, e-STJ), a parte recorrente apontou dissídio jurisprudencial e violação aos artigos 98, § 1º, inciso VI, 489, § 1º, inciso IV, 1.015 e 1.022 do Código de Processo Civil.

Defendeu, em suma: **a)** a nulidade do acórdão hostilizado ante a omissão em relação as teses abordadas nos aclaratórios opostos; **b)** o cabimento da interposição de agravo de instrumento contra decisão relativa ao valor dos honorários periciais e à imputação de seu pagamento ao demandante; **c)** a impertinência da condenação do beneficiário da gratuidade da justiça ao pagamento da verba honorária pericial, porquanto compreendida pela benesse concedida. Sem contrarrazões.

Após decisão de admissão do recurso extremo (fls. 255/257, e-STJ), os autos ascenderam a esta egrégia Corte de Justiça.

Em juízo monocrático (fls. 262-268 e-STJ), não se conheceu da tese relativa ao artigo 98, § 1º, do CPC, por ausência de prequestionamento. Em seguida, afastou-se a alegação de negativa de prestação jurisdicional e, no tocante ao cabimento do agravo de instrumento originário, manteve-se a decisão recorrida.

Daí o presente agravo interno (fls. 271-299 e-STJ), no qual a agravante reitera as teses formuladas no apelo nobre e rebate os fundamentos da deliberação singular. Sem impugnação.

É o relatório. Decide-se.

Ante as razões expendidas, reconsidera-se parcialmente a decisão de fls. 262-268 e-STJ, a fim de prover parcialmente o recurso especial.

1. Afasta-se, de início, a alegação de negativa de prestação jurisdicional. Não se verifica ofensa ao artigo 1.022, inc. II, do CPC/15 quando o Tribunal decide, de modo claro e fundamentado, as questões essenciais ao deslinde do feito. Ademais, não se deve confundir decisão contrária aos interesses da parte com negativa de prestação jurisdicional.

Nesse sentido, citam-se os seguintes precedentes deste Superior Tribunal de Justiça: **AgInt no AREsp 1254843/RS**, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 22/05/2018, DJe 01/06/2018; **AgInt no AREsp 1015125/AC**, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), QUARTA TURMA, julgado em 17/04/2018, DJe 24/04/2018; **AgInt nos EDcl no REsp 1647017/RS**, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 20/03/2018, DJe 02/04/2018 .

Ademais, não há que se falar em omissão, quando a Corte de origem se manifestou expressamente sobre o pedido - ainda que para afirmar não ser possível conhecê-lo.

Ora, em se tratando de ausência de algum requisito de admissibilidade, é certo que não há que se esperar que a Corte se manifeste sobre o mérito da questão inadmitida.

De forma semelhante: **AgInt no REsp 1691369/PR**, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 05/06/2018, DJe 13/06/2018; **EDcl no AgRg no AREsp 472.462/MG**, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 10/04/2018, DJe 16/04/2018; **AgRg no Ag 1175929/RS**, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 06/10/2009, DJe 16/10/2009.

Afasta-se, portanto, a violação aos artigos 489 e 1.022 do CPC/15.

2. Em relação ao cabimento do agravo de instrumento originário, todavia, assiste parcial razão à insurgente.

A Corte de origem não conheceu do reclamo por considerar que a hipótese dos autos não se enquadra no rol taxativo do art. 1.015 do CPC/15.

Em recentes deliberações, todavia, esta Quarta Turma, aplicando a tese firmada em recurso repetitivo, concluiu que a modulação não pode prejudicar aqueles que interpuseram o recurso, mesmo antes do julgamento proferido por esta Corte. Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. ROL DO ART. 1.015 DO CPC/2015. TAXATIVIDADE MITIGADA. MODULAÇÃO DOS EFEITOS. AGRAVO PROVIDO.

1. Tema Repetitivo n. 988: "O rol do art. 1.015 do CPC é de taxatividade mitigada, por isso admite a interposição de agravo de instrumento quando verificada a urgência decorrente da inutilidade do julgamento da questão no recurso de apelação." 2. Esta tese foi firmada pela eg. Corte Especial, na sessão de 05/12/2018, nos autos do REsp 1.696.396/MT e do REsp 1.704.520/MT, ambos de relatoria da em. Ministra Nancy Andrighi, cujos

acórdãos foram publicados em 19/12/2018.

3. Nesse julgamento, modulando os efeitos do decisor, foi consignado que a referida tese somente se aplicaria às decisões interlocutórias proferidas após a publicação desses acórdãos. O objetivo da modulação é resguardar da alegação de "preclusão consumativa" os litigantes que - antes da publicação desses acórdãos - não interpuseram agravo de instrumento porque entendiam que o rol do art. 1.015 do CPC/2015 era taxativo, e, por tal razão, deixaram de recorrer.

4. No caso, a decisão agravada deve ser reformada, porque, equivocadamente, entendeu que a referida modulação de efeitos leva à conclusão de que o "agravo de instrumento" somente seria cabível para as decisões interlocutórias proferidas após 19/12/2018, data da publicação dos acórdãos em que foi fixada a tese do "Tema Repetitivo n. 988".

5. A melhor interpretação ao art. 1.015 do CPC/2015, prestigiando a tese firmada no "Tema Repetitivo 988", é pela possibilidade de interposição de agravo de instrumento quando verificada a urgência decorrente da inutilidade do julgamento no recurso de apelação, logo, não pode aquele julgado ser compreendido em prejuízo daquele que atuou em conformidade com a orientação emanada no Repetitivo, isso independentemente da data em que foi proferida a decisão interlocutória na fase de conhecimento.

6. Agravo interno provido para reconsiderar a decisão agravada e, em novo exame, dar provimento ao recurso especial, a fim de determinar o retorno dos autos ao eg. Tribunal a quo com o objetivo de que promova a análise do cabimento do agravo de instrumento sob o prisma do Tema Repetitivo n. 988.

(AgInt no AREsp 1472656/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 05/09/2019, DJe 25/09/2019)

Assim, tal como decidido no precedente acima, deve ser provido em parte o recurso especial, a fim de determinar o retorno dos autos ao eg. Tribunal a quo com o objetivo de que promova a análise do cabimento do agravo de instrumento sob o prisma do Tema Repetitivo n. 988 - ou seja, para que verifique a eventual existência de urgência que autorize o excepcional conhecimento do recurso lá interposto.

3. Cassado o acórdão recorrido, ficam prejudicadas as demais teses formuladas no apelo extremo.

4. Do exposto, reconsidera-se a decisão de fls. 262-268 e-STJ e, com amparo no artigo 932 do CPC/15 c/c a Súmula 568/STJ, dá-se parcial provimento ao recurso especial, a fim de cassar o acórdão recorrido, determinando o retorno dos autos ao eg. Tribunal a quo para que verifique a eventual existência de urgência que autorize o excepcional conhecimento do recurso lá interposto, nos termos da tese firmada no Tema Repetitivo n. 988

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI
Relator